

A LITERATURA INDÍGENA BRASILEIRA: DEBATENDO O CONCEITO

Francis Mary Soares C. da Rosa*

RESUMO: A proposta deste artigo é discutir o uso termo “literatura indígena” como forma de referência à contemporânea produção autoral ameríndia brasileira. A visão da tradição ocidental sobre o que é texto, escrita e literatura negligenciou toda uma gama de sistemas gráficos e as formas de narrar dos ameríndios, silenciando tais modalidades discursivas pelo simples fato de serem diferentes do que era então normatizado e consagrado pelo padrão e gosto europeu. Parte-se de uma perspectiva crítica e de uma revisão bibliográfica, amparada nos estudos culturais e nas epistemologias do Sul, no sentido de promover um debate de ideias a respeito da possibilidade de pensar uma corrente literária indígena brasileira. Serão discutidos uma suposta essência do termo literatura, a historicidade da construção do termo, assim como a projeção política da literatura indígena, destacando dessa forma, sua legitimidade enquanto movimento literário. Espera-se com este artigo contribuir para a visibilidade da literatura indígena como um veículo para o fortalecimento identitário e a configuração política do movimento.

Palavras-chave: Literatura. Indígena. Crítica cultural.

ABSTRACT: The purpose of this paper is to discuss the use term "indigenous literature" as a form of reference to contemporary Brazilian Amerindian authorial production. The vision of the Western tradition of what is text, writing and literature has neglected a whole range of graphics systems and ways of narrating the Amerindians, silencing such discursive modalities for the simple fact that they are different from what was then standardized and consecrated by the standard and taste European. From a critical thinking standpoint and a literature review, based on cultural studies and epistemologies of the South, to promote a discussion about the possibility of thinking a Brazilian indigenous literary movement. Discussed a supposed essence of the term literature, the historicity of the construction of the term, as well as the political projection of indigenous literature, highlighting thus their legitimacy as a literary movement. It is hoped that this article contribute to the visibility of indigenous literature as a vehicle for identity and strengthening the movement's political configuration.

Keywords: Literature. Indigenous. Critical cultural.

1 Introdução

Desde a invasão europeia ao continente batizado de “América” iniciou-se um processo etnocêntrico de destronamento de todo um universo sógnico, sociocultural e político. Os povos, que aqui viviam e que vivem, experienciaram um processo de alteridade radical com os invasores que objetivavam (intencionalmente ou não) transformar o “novo” mundo em uma espécie de decalque do “velho” mundo. Utilizar o termo “invasão”, ao invés do eufemístico “chegada” ou mesmo, o

* Professora do DCHF pela Universidade Estadual de Feira de Santana. Doutoranda em Educação e Contemporaneidade (PPGEduC). Mestra em Crítica Cultural. E-mail: francismrosa@hotmail.com

maliciosamente consagrado “descobrimento”, é um ato político discursivo que evidencia a perspectiva ameríndia. Para os mais de mil povos que aqui viviam, a invasão europeia significou o início de um enfrentamento em variadas frentes, com diversas formas de resistência que variavam entre o primeiro riso ao modo esdrúxulo com o qual os europeus vestiam-se até a guerra declarada e sanguinolenta (GRAÚNA, 2013).

Este processo de violência física e simbólica ocasionou um genocídio responsável em pôr fim às vidas de milhões de pessoas, seus costumes, línguas e aspectos culturais. No entanto, tal processo de expropriação não se restringe a um passado distante. Ainda hoje, as consequências são sentidas e geram uma imensa gama de dispositivos institucionais (ou não) que reverberam sobre uma ampla categoria de identidades indígenas. Ao imenso arsenal de estratégias de resistências indígenas, um dos mais profícuos e de imenso valor ancestral foi estrategicamente negligenciado e discursivamente apagado da nossa historiografia oficial, a saber, a palavra indígena.

Como salienta Graça Graúna (2013), a palavra indígena sempre existiu. Ela é sagrada e faz parte de uma tessitura ancestral do *logos* ameríndio. Para diversos povos nativos, as palavras têm alma e carregam as memórias e as histórias do seu povo. As práticas textuais indígenas são marcadamente diversas da tradição ocidental que historicamente destacam seu *corpus* cultural como paradigma classificador de outras culturas consideradas “diferentes” ou “exóticas”. Dessa forma, para evitar um posicionamento que privilegie de forma mais acentuada a produção conceitual eurocêntrica sobre a escrita, é preciso entender textualidade de forma a abraçar a diversidade de experiências e emaranhados sígnicos que estão presentes no(s) texto(s).

Para Orlandi (1995), a textualidade refere-se à produção de sentido referenciada socialmente e que corrobora por entender que os significados dos textos estão entrelaçados ao bojo histórico que lhes pertence, ou seja, “a textualidade é função da relação do texto consigo mesmo e com a exterioridade” (ORLANDI, 1995, p. 111). Por meio disso, podemos empreender uma noção de textualidade que possibilita ir além do texto escrito e permeia variadas formas intersemióticas e interculturais, necessárias na tentativa de compreender a complexidade da poética indígena.

As textualidades indígenas são diversas e perpassam desde a poética oral, sistemas pictóricos, cantos, danças, variadas formas de artes e pinturas corporais, todas de maneiras diversificadas e entrelaçadas a performances que dizem respeito ao universo sígnico destes povos e a suas próprias poéticas particulares. De acordo com Thiél (2012), a visão da tradição ocidental sobre o que é texto, escrita e literatura negligenciou toda uma gama de sistemas gráficos e as formas

de narrar dos ameríndios, silenciando tais modalidades discursivas pelo simples fato de serem diferentes do que era então normatizado e consagrado pelo padrão e gosto europeu. Como afirma Lienhard citado por Thiél (2012): “Todas as sociedades autóctones conhecidas elaboraram, antes da chegada dos europeus, algum sistema gráfico ou de anotação que correspondia as suas necessidades concretas. Elas não foram [...] sociedades ‘sem escritura’ (LIENHARD apud THIÉL, 2012, p. 39).

Para Walter Mignolo (1986, 2005) é preciso reconsiderar aquilo que compreendemos por escrita e ampliar seu entendimento para um amplo jogo de interações semióticas que fazem parte do comportamento comunicativo dos indivíduos, não somente como maneira de historicizar às práticas discursivas, como também uma maneira de pluridimensionalizar e escutar os diversos locais de enunciação. Assim destaca Mignolo:

Si fuéramos a usar el término discurso para referirnos a interacciones orales y reserváramos texto para las escritas, necesitaríamos extender este último más allá de los documentos escritos alfabéticos para incluir todas las inscripciones materiales de signos. Al hacerlo, honraríamos el significado etimológico de texto (tejido, textil) que se empezó a perder cuando la escritura alfabética y la celebración renacentista de la letra oscurecieron el significado medieval más generoso.¹ (MIGNOLO, 2009, p. 16)

Dessa forma, ao concentrar nossas análises na literatura de tradição escrita no contexto contemporâneo brasileiro, tornou-se imperioso destacar que não é somente por meio da escrita propriamente alfabética que houve e há textualidades no universo ameríndio. Para Cláudia Neiva de Matos (2012), a existência de toda uma literatura de inspiração europeia, como a literatura do período romântico brasileiro que cultivava uma imagem mítica e enobrecida dos indígenas brasileiros, não fomentou o interesse pela pesquisa das formas e textualidades destes povos no período. Como nos adverte Lúcia Sá (2012, p. 20): “As fontes indígenas têm sido basicamente ignoradas, tanto como antecedentes indispensáveis para escritos posteriores quanto por seu valor intrínseco como *corpus* literário”.

¹ Se tivéssemos que usar o termo discurso para nos referir a interações orais e reservarmos a [palavra] texto às escritas, seria necessário estender para além dos documentos escritos alfabéticos para incluir todos as inscrições materiais de signos. Ao fazê-lo, honraríamos o significado etimológico do texto (tecido, têxtil), que se perdeu quando a escrita alfabética e celebração do renascimento da carta escureceu o significado mais generoso do período medieval. (Tradução nossa).

Os mais clássicos projetos de rastreamento de uma história da literatura nacional ignoram ou silenciam todo e qualquer precedente indígena. As tentativas de “colocar” a voz indígena nos textos de autoria dos não-índios pouco diferem entre si no que tange a aparição do indígena como portador de uma cultura oposta e irreconciliável, ora fadada ao extermínio, ora sendo retratados como vítimas do progresso. Mesmo as postulações mais otimistas, como as dos modernos e contemporâneos, negam aos indígenas o direito de resistir, apropriar-se dos códigos culturais dos não-índios e de sobreviver de forma transcultural e experimentar um movimento intercultural de existência. Contudo, as diversas sociedades indígenas o fizeram de formas variadas e, contrariando as expectativas, resistem. Não como indivíduos isolados, condicionados a conceptualizações exógenas, mas como bem destaca Almeida e Queiroz (2004, p. 201), estão operando um “gesto antropofágico da ressignificação”.

É no rastro desta reação e no esforço de entendimento desta forma de apropriação cultural que se faz necessário perceber os deslocamentos provocados pelo surgimento do que Almeida e Queiroz (2004, p. 195-200) chamam de um “movimento literário indígena” no século XX. Notadamente marcadas por uma tradição oral e pictórica nas suas formas textuais, as sociedades indígenas por meio de seus autores usufruem da escrita de sua própria língua, do português e promovem “uma espécie de exceção, um desvio, nas margens do sistema literário brasileiro”. No entanto, a visibilidade alcançada nos últimos tempos é acompanhada de perto por críticas e um intenso debate que postulam que a literatura é literatura e, como tal, adjetivá-la, qualificá-la é tarefa inútil e pretenciosa. Nesse sentido, falar em literatura indígena como parte indissociável desse “ato antropofágico” seria defender um posicionamento vazio de especificidade. Por não concordar com tal visão e por acreditar que o movimento literário indígena existe enquanto especificidade, tal como a literatura negra, propomos uma defesa para o termo neste artigo.

2 A(s) literatura(s) indígenas contemporâneas em questão

Para Emilio del Valle Escalante (2015), não há nenhuma dúvida que a distribuição editorial e visibilidade conseguida pelas literaturas indígenas da América, em toda sua diversidade, é um dos fenômenos mais notáveis no campo dos estudos da cultura, assim como no grande campo dos estudos literários. Tal perspectiva nos coloca diante de discutir a adjetivação de “indígena” ou

“nativa” tal como formulados pelos autores e autoras que se inserem nesta corrente ou são veiculados a tal movimento literário.

Há no campo literário uma discussão que busca destacar e conclamar um conceito universal do que seria um texto literário e quais as condições para que determinado texto seja considerado em acordo com tal status e que conserve uma dada literalidade de características pretensamente universais. Autores como Ferreira Gullar², são lembrados no debate em torno do que alguns críticos consideram adjetivos desnecessários. Os tais adjetivos “desnecessários” como “negra” e “indígena”, por exemplo, despontam como essencialismos pervertidos em meio a um conceito que se quer universal.

Historicamente insiste-se no que Regina Dalcastagnè (2012, p. 193) chama de uma “perpetuação de uma forma de opressão”. Ou seja, consagrou-se uma idealização sobre a literatura que sugere que há um caráter indelével e transcendental que normatiza o conceito em duas categorias, a saber, a literatura, sem adjetivos e as *outras* literaturas, presas em suas margens e nas marcas da diferença social. Tal normatização promove subliminarmente a ideia, por exemplo, que a “voz dos homens não tem gênero, [...] que apenas os negros têm cor ou somente os *gays* carregam as marcas de sua orientação sexual” (DALCASTAGNÈ, 2012, p. 193). Estabelecer uma crítica a este conceito, viabilizando exercícios para sua desmontagem como engrenagem de estruturas de poder é fundamental para compreendermos a utilização e aceite do termo “literaturas indígenas (ou nativa)” no cenário literário brasileiro atual.

Terry Eagleton (1994), em seu célebre livro que versa sobre *Teoria Literária*, no capítulo em que o autor tateia elucidar a questão do que faz um texto ser considerado literário, o teórico em questão analisa algumas considerações binárias clássicas como ficção e não ficção, a presença de uma certa técnica instrumental no uso da linguagem ou até mesmo um uso para além do familiarmente aceito no universo denotativo da língua³ como conceitos que costumeiramente estão inscritos na definição da ideia de literatura. O que se segue, e o que ao meu ver, torna o texto precioso para nossa argumentação é o encaminhamento dado pelo autor em sua conclusão, a saber:

² Ferreira Gullar publicou um artigo intitulado “Preconceito cultural”, no caderno Folha Ilustrada do jornal Folha de São Paulo, de 04/12/2011 em que afirma: “Falar de literatura brasileira negra não tem cabimento. Os negros, que para cá vieram na condição de escravos, não tinham literatura, já que essa manifestação não fazia parte de sua cultura. Consequentemente, foi aqui que tomaram conhecimento dela e, com os anos, passaram a cultivá-la.”

³ Não é o interesse deste artigo adentrar de forma profunda nas discussões em torno da teoria literária e suas variadas vertentes.

O que descobrimos até agora não é apenas que a literatura não existe da mesma maneira que os insetos, e que os juízos de valor que a constituem são historicamente variáveis, mas que esses juízos têm, eles próprios, uma estreita relação com as ideologias sociais. Eles se referem, em última análise, não apenas ao gosto particular, mas aos pressupostos pelos quais certos grupos sociais exercem e mantêm o poder sobre outros. (EAGLETON, 1994, p. 17)

O que fica evidente diante do exposto, e amparando-se no que Michel Foucault (2007) tematiza no livro *As Palavras e as Coisas*, a saber, a arbitrariedade de todo sistema classificatório e sua imbricada conexão com as relações de poder, é que não há conceito que fuja da malha histórica e dos ordenamentos do saber, ou melhor, das formações discursivas as quais faz parte. Assim, para Michel Foucault (2007), aquilo que ordinariamente chamamos de literatura passou a surgir enquanto conceito e função discursiva somente na modernidade. O que queremos chamar atenção aqui é a historicidade do termo e a sua construção mutável ao longo da história.

De acordo com Jorge Wanderley (1992), no entendimento e nos desdobramentos daquilo que nomeamos de história sempre haverá um conceito (ou mais de um) sobre o que identificamos ou classificamos como “literatura”. Para o autor, “de cada solo epistêmico, ergue-se um objeto específico e sua variação a ocorrer de solo a solo, toca mesmo a sua essência, de modo que a literatura de cada um destes momentos chega a ser diversa de todas as demais” (WANDERLEY, 1992, p. 259). Na mesma linha desse pensamento Jacques Rancière (1995), no seu ensaio “A literatura impensável”, demarca o corte de natureza epistemológica que recaiu sobre o status do texto literário durante o século XIX. Na perspectiva do autor, se anteriormente a ideia de literatura designava um saber alicerçado em dispositivos que a regulavam amparados no ordenamento aristotélico, no século XIX ela passa a designar uma arte. Esse corte seminal, quase imperceptível no estamento do texto e na configuração de seu objeto é lido por Jacques Rancière como a possibilidade de questionamento do próprio sentido do texto literário. Para Jacques Rancière:

A impossibilidade de delimitação entre uma noção comum e o conceito específico de uma coisa definida não é um defeito atribuível às imperfeições da língua ou atraso do conceito. ‘Literatura’ é um desses nomes flutuantes que resistem à redução nominalista, um desses conceitos transversais que têm a propriedade de desmanchar as relações estáveis entre nomes, ideias e coisas e, junto com elas, as delimitações organizadas entre as artes, os saberes ou os modos do discurso. ‘Literatura’ pertence a essa delimitação e a essa guerra da escrita onde se fazem e se desfazem as relações entre a ordem do discurso e a ordem dos estados. (RANCIÈRE, 1995, p. 27)

Diante disso, a literatura torna-se o local do impensável, do deslocamento, da renúncia ao sentido e da relação estável entre significado e significante. Não há uma identidade da literatura, sem posicioná-la ou confrontá-la com o entorno de suas multiplicidades e com as perturbações que tal perspectiva promove. Ela não precisa conduzir a uma dada realidade do mundo e nem mesmo lhe fazer jus. Ela existe em regime de fronteira entre o real e o ficcional, segundo Rancière (1995), no esgotamento dos sentidos e enquanto impropriedade da própria linguagem.

Diante dos aspectos explicitados, o conceito de literatura deve ser confrontado com a historicidade do termo, com as formações discursivas das quais se origina e com sua capacidade de produzir deslocamentos e movimentos aberrantes. Tal perspectiva também se insere naquilo que conhecemos como cânone literário. Para Roberto Reis (1992), o cânone literário agrega não somente um sistema de valores e estilística do texto, mas também resguarda em sua perspectiva uma relação de exclusão. Pois, diante do modelo canônico, elevado à categoria de norma estilística e padronizada, observa-se uma miríade de formações culturais que terminam sendo inscritas como marginais e subalternas. Dito de outra forma, compreender um texto como literário significa também uma forma de classificação que vai além de uma positividade, pois acarreta uma relação binária que funciona pela negação dos textos que não são considerados literários mediante determinada norma ou padrão.

Como qualquer materialidade discursiva que visa a produção de conhecimento, ela não existe sem seus atores sociais que validam as experiências culturais e políticas de acordo com seus próprios critérios (SOUSA SANTOS, 2010, p. 15). É um espaço de contínua disputa, como destaca Michel Foucault (2013), em que para além da representação das relações de poder e das formas de dominação, emerge também a própria luta pelo poder, pelo espaço e pela legitimidade da fala. Para Regina Dalcastagnè (2012), o lugar da fala está relacionado diretamente sobre o controle do discurso. É por meio do controle sobre a fala e o cerceamento dos mecanismos que lhe conferem legitimidade que se pode limitar a expressão discursiva dos que não são valorizados histórica e socialmente. E na literatura isso se manifesta, dentre outros dispositivos, por meio das escolas, estilos e do cânone literário.

Diante disso, há neste artigo um alinhamento com os pressupostos teóricos que buscam a diversidade e sua complexidade, posicionando-se criticamente a qualquer perspectiva universalista. Tal alinhamento possibilita compreender que o movimento literário indígena brasileiro (e o que aqui chamamos de literaturas indígenas, por conseguinte) não só afirma-se pela sua diferença,

assim como sua contraposição ao indianismo. Nessa perspectiva, as considerações de Graça Graúna sobre o tema são pontuais.

Para Graça Graúna (2013), o lugar e a identidade da literatura indígena é demarcado pela busca pelo reconhecimento, pela denúncia dos processos de colonização e silenciamentos na história dita oficial, assim como, a promoção e a visibilidade das cosmogonias indígenas em toda sua diversidade. De acordo com Graça Graúna:

Apesar da falta do seu reconhecimento na sociedade letrada, as vozes indígenas não se calam. O seu lugar está reservado na história de um outro mundo possível. Visando à construção desse mundo, os textos literários de autoria indígena tratam de uma série de problemas e perspectivas que tocam na questão identitária e que devem ser esclarecidos e confrontados com os textos não indígenas, pois trata-se de uma questão muito delicada e muito debatida hoje entre os escritores indígenas. (GRAÚNA, 2013, p. 55)

A posição apresentada pela autora destaca na composição de uma literatura indígena a identificação e a valorização dos sujeitos em sua indianidade. Para Graça Graúna (2013), autora potiguara, a indianidade é um elo de ligação com a ancestralidade, com a memória de cada povo, que subsiste por meio do rastro, do vestígio que teima em resistir frente aos discursos de extinção, aos impactos do projeto colonizador e das políticas indigenistas. Mesmo sendo marcados pela diferença cultural, linguística e política, os milhares de povos ameríndios que existem, segundo Graça Graúna, resguardam essa indianidade que é marcada sobretudo, pelo amor à terra e a demarcação de sua identidade/alteridade.

Com efeito, a noção de uma literatura indígena atrelada à afirmação das diferenças é o reconhecimento de sua composição como instrumento político e de resistência. É a configuração de um contra discurso que não objetiva reproduzir os modelos e padrões estabelecidos por um discurso ocidental, consagrado e institucionalizado no âmbito literário. Ao contrário, é uma literatura “que trafega na contramão”, que move um embate contra uma forma de violência epistêmica e que coloca em destaque a voz indígena e sua própria experiência do mundo (GRAÚNA, 2013, p. 60-61).

Essa experiência do mundo pontuada pelo deslocamento na “contramão”, como sugere a autora supracitada, surge como um movimento de desterritorialização no campo literário. O conceito de território é apresentado na obra dos filósofos franceses Gilles Deleuze e Félix Guattari (1995) como um conceito que ultrapassa a visão etológica e mostra-se filosófica, geográfica, histórica e psicológica. Construir um território é constituir um espaço do sujeito no mundo, a

representação do seu desejo. Todos os seres constituiriam territórios articulando-se sempre com os movimentos que os fazem se colocar fora deles, daí territorialização e desterritorialização constituírem um fluxo cósmico de entradas e saídas de territórios, fazendo parte um do outro. Ou seja, uma desterritorialização é uma linha de fuga. E a linha de fuga, mediante Gilles Deleuze e Parnet (1998), não diz respeito a renúncia. Ao contrário, é uma categoria ativa que promove rupturas, produz frestas, buracos no conjunto dos ordenamentos de qualquer natureza e opera mediante o princípio de “fazer alguma coisa fugir, fazer um sistema vazar como se fura um cano” (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 49). Assim, a literatura indígena experimenta-se como uma linha de fuga, traindo o ordenamento discursivo do campo literário, do conceito fixado e normatizado.

Daniel Munduruku (2016), implementa o diálogo ao destacar que ao longo da história da literatura brasileira existiram e existem escolas que “apresentavam especificações regionais e rurais, ora urbanas. Elas sempre foram formas de fixar determinados conceitos ou apresentar características *sui generis* para um movimento que queria se distanciar do anterior ” (MUNDURUKU, 2016). Dessa forma, o usufruto do termo “literaturas indígenas” demarca não somente as especificidades do movimento literário indígena e de sua própria diversidade interna, como também o engajamento em um projeto que objetiva mostrar às várias vozes, outrora diluídas sobre o epíteto “índio”, das populações originárias. A consciência dessas diversidades, assim como a amplitude de seus estilos é um passo fundamental para sua conseqüente valorização e escuta dessa diferença.

Mesmo diante das características apresentadas que conferem legitimidade para se falar em literaturas indígenas, a saber: o sujeito histórico que ser quer indígena, o alinhamento a um projeto de enfrentamento às políticas estatais, a desconstrução de estereótipos, a afirmação de uma indianidade ancestral plural, mas parental⁴ e uma contra narrativa à história dita oficial, pode-se argumentar que não haveria uma “autêntica” literatura indígena se o idioma utilizado não fosse propriamente as diversas línguas das nações ameríndias. Vários textos de autores indígenas são bilíngües, como é o caso de Olívio Jekupé. Para Olívio Jekupé (2009), a escrita em português é uma estratégia que considera o caráter educativo do movimento literário indígena, que visa entre outros objetivos, afirmar sua identidade, não exatamente como essência, mas como diferença frente

⁴ O conceito de parental diz respeito a forma com que todos os povos originários se identificam como parentes e reconhecem, segundo Graça Graúna (2013), a interdependência entre todos os seres.

à sociedade de, daí a necessidade do texto em português. Não obstante, conceituar como literatura indígena apenas a produção escrita nas línguas indígenas é desconsiderar o passado colonizador e o estado de imersão transcultural que se observa em todo continente americano. É exatamente esta perspectiva que é apresentada pelo professor e teórico Emilio del Valle Escalante, original da Guatemala e do povo Maya K'iche.

Para Emilio V. Escalante (2015), a realidade dos povos originários hoje é plural, transnacional e complexa. Isso significa considerar, mediante o autor, os eventos históricos que sucederam o projeto da invasão colonizadora desde a chegada de Colombo em nosso continente até a atualidade dos processos de discriminação e marginalização que ocorrem nas diversas sociedades em que os povos originários estão presentes. Para o autor supracitado, a noção de literaturas indígenas⁵:

Não se refere exclusivamente a uma produção textual *em* línguas originárias, ou baseada na ‘tradição oral’, mas sim em obras de autores que em primeiro lugar afirmam um posicionamento ou *locus* de enunciação indígena baseado em uma identificação cultural, geográfica, linguística (mesmo que não falem uma língua indígena) e/ou política. (ESCALANTE, 2015, p. 6, tradução da autora)

Nessa perspectiva, não se pode deixar de pensar mediante os autores e autoras citados, que de maneira substancial, a heterogeneidade e a complexidade dos processos de apropriação oriundos de cada povo, cada etnia (e a forma diferenciada com que lidaram/lutaram com os processos coloniais e de globalização que ocorreram e ocorrem) configuram uma pluralidade discursiva sem igual naquilo que aqui denominamos “literaturas indígenas”. Isso implica em rejeitar uma categorização fixa e homogênea, reconhecendo a pluralidade presente nas condições de sua produção em meio a experiências coloniais distintas.

Considerações finais

⁵ [...] no se remite exclusivamente a una producción textual en lenguas originarias, o basada em la ‘tradicón oral’, sino más bien a obras de autores que em primer lugar afirman un posicionamento o locus de enunciacón indígena em base a una identificacón cultural, geográfica, linguística (aun si éstos no hablan um idioma indígena) y/o política. ESCALANTE, Emilio del Valle. *Teorizando las literaturas indígenas contemporâneas*. Raleigh, NC: Contra corriente, 2015. p. 6.

Reconhecer a complexidade das literaturas indígenas não significa recorrer a uma visão essencialista da diferença. Para a autora indiana Avtar Brah (2006), reconhecer os limites históricos e culturais de toda e qualquer experiência humana não significa colocá-los em relações contraditórias ou opostas. Isso significa dizer, em relação ao nosso tema, que os grupos dos povos originários experienciaram um similar sistema de exclusão e violências baseado no binarismo branco/não-branco que “construiu a equivalência e similaridade de experiência, na medida em que enfrentavam práticas de estigmatização, inferiorização, exclusão” (BRAH, 2006, p. 333).

É baseando-se nesta experiência compartilhada que Emilio Valle Escalante (2015) enfatiza o caráter político das literaturas indígenas e seu recorrente enfrentamento aos estados nacionais e suas experimentações como possíveis postulados que enunciam alternativas políticas, ideológicas, epistemológicas e culturais. É por meio da percepção da necessidade de ampliação de perspectivas sociais que Regina Dalcastagnè (2012) contribui com o diálogo de vozes aqui construído ao tematizar a importância da contribuição de uma diversidade de posicionamentos no campo literário. Para a autora, perspectiva social significa compreender que pessoas que estão posicionadas de maneiras diferentes na sociedade terão uma visão, uma história e uma experiência de mundo diversa.

Quase sempre, expropriado na vida econômica e social, ao integrante do grupo marginalizado lhe é roubada, ainda, a possibilidade de falar de si e do mundo ao seu redor. E a literatura, amparada em seus códigos, sua tradição e seus guardiões, querendo ou não, pode servir para referendar essa prática, excluindo e marginalizando. Perdendo, com isso, uma pluralidade de perspectivas que a enriqueceria. (DALCASTAGNÈ, 2012, p. 20-21)

Nesse sentido, é sempre válido ressaltar que a ausência dessa pluralidade de vozes na história da literatura nacional é acompanhada de perto pelo próprio modelo social excludente e discriminatório que subsiste na sociedade nacional. Não obstante, tal posição não impossibilita pensar que a emergência de outras vozes configure um recente, mas não menos importante processo do que Regina Dalcastagnè (2012, p. 195) nomeia de “democratização do fazer literário”. Por isso mesmo, há um imperativo de aproximação e de esforço na escuta destas *outras* vozes.

Talvez seja essa a experimentação mais necessária da literatura indígena contemporânea: colocar-se como fora, como escrita fugidia e nômade ao universo da representação. Escrita como devir revolucionário, como afirmação do desejo e potência de criação. Criar para existir, criar para resistir a todas as formas de morte: étnica, linguística, mnemônica e física. Criar para desarticular

a todos os processos homogeneizadores e totalizantes que buscam uma imagem promovida como universal e alheio à complexidade e à pluralidade das experiências sócio-culturais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Inês de; QUEIROZ, Sônia. Livros da floresta. In: _____. **Na captura da voz: as edições da narrativa oral no Brasil**. Belo Horizonte: Autentica/UFMG, 2004.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. In: **Cadernos Pagu**, v. 26, p. 329-376, 2006.

DALCASTAGNÈ, Regina. **Literatura brasileira contemporânea: um território contestado**. EdUERJ, 2012.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs-vol. 2**. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira. São Paulo: Editora 34, 1995.

DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. **Diálogos**. Tradução de Eloisa Araújo Ribeiro. São Paulo: Editora Escuta, 1998.

ESCALANTE, Emilio del Valle. **Teorizando las literaturas indígenas contemporáneas**. A Contracorriente, Raleigh, NC, 2015.

EAGLETON, Terry. O que é literatura. In: **Teoria da Literatura – uma introdução**. Martins Fontes. p. 1-17, 1994.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. Tradução de Salma Tannus Muchail. 9. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 23. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

GRAÚNA, Graça. **Contrapontos da literatura indígena contemporânea no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2013.

JEKUPÉ, Olívio. **Literatura escrita pelos povos indígenas**: São Paulo: Scortecci, 2009.

MATOS, Cláudia Neiva de. Textualidades indígenas no Brasil. In: FIGUEIREDO, Eurídice. (Org.). **Conceitos de literatura e cultura**. Juiz de Fora: UFJF, p. 435-464, 2012.

MIGNOLO, Walter D. La lengua, la letra, el território: o la crisis de los estudios literários coloniales. **Dispositivo**, University of Michigan - Departament of romance language, v. 11. n. 28/29, p.137-160, 1986.

_____. El lado más oscuro del Renacimiento. In: **Universitas Humanística**. 2009, (Enero-Junio) : Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=79118958009>>. Acesso em: 22 set. 2015.

_____. **La idea de América Latina: la herida colonial y la opción decolonial**. Barcelona: Gedisa, 2005.

MUNDURUKU, Daniel. **Literatura x literatura indígena: consenso?** A produção de literatura dos indígenas brasileiros. Disponível em: <<http://danielmunduruku.blogspot.com.br/2016/02/literatura-x-literatura-indigena.html?spref=fb>>. Acesso em: 24 mar. 2016.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Texto e discurso. **Organon**, v. 9, n. 23, 1995.

RANCIÈRE, Jacques. A literatura impensável. In: **Políticas da escrita**. São Paulo: Editora 34, 1995, p. 25-45.

REIS, Roberto. Cânon. In: JOBIM, José Luis. (Org.). **Palavras da crítica**. Rio de Janeiro: Imago, p. 65-92, 1992.

SÁ, Lúcia. **Literaturas da floresta: textos amazônicos e cultura latino-americana**. EdUERJ, 2012.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. In: SOUSA SANTOS, Boaventura de. MENESES, Maria Paula (Orgs.) **Epistemologias do Sul**. Cortez Editora, 2010.

THIÉL, Janice. **Pele silenciosa, pele sonora: a literatura indígena em destaque**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

WANDERLEY, Jorge. Literatura. In: JOBIM, José Luis (Org.). **Palavras da crítica**. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

[Recebido: 19 out. 2016 – Aceito: 30 out. 2016]